

A COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA E O DISCURSO DO ENSINO PROFISSIONAL EM MINAS GERAIS

O que se propõe nesta comunicação é a análise do discurso da Comissão de Instrução Pública, da Câmara de Deputados do estado de Minas Gerais, sobre o ensino profissional, nas reformas ocorridas nos anos de 1891 a 1907. A proposta de análise toma como referência o discurso político de intervenção na sociedade, uma vez que os sujeitos do discurso são representantes legítimos da população, responsáveis pela produção de leis que incidiriam na vida das pessoas. A escolha dos discursos dos membros da comissão tem em vista a sua responsabilidade de propor a legislação e de fazer a sua defesa no plenário da Câmara. Ademais, a apresentação das propostas de leis para reformar a instrução vinha acompanhada de um discurso longo, complexo e recheado de informações que permitiram captar a tipologia de intervenção que se queria de mudança do estado da instrução que se tinha e de sinalização do horizonte de expectativa que se desejava. Os documentos que foram tomados como fontes são os Anais da Câmara dos Deputados nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª legislaturas. Neles, selecionamos prioritariamente os discursos de apresentação das reformas pelos relatores da Comissão. Para a leitura desses discursos, tomamos como referência teórica o aporte da História Política e da História dos Conceitos, notadamente a partir de Serge Berstein e de Reinhart Koselleck. Do ponto de vista metodológico, propomos uma análise que privilegia os discursos como portadores e constituintes de uma representação de sociedade, de sujeitos, de estratégias, enfim de uma realidade social, inspirada nos referenciais metodológicos da análise do discurso político proposta por Patrick Charaudeau. Para ele, o discurso é considerado como prática de linguagem que medeia a relação entre o homem e a sua realidade natural e social constituindo-o e à sua história. Com essas referências, a atenção dada foi à significação do discurso político, que é fabricado e refabricado, simultaneamente, pelo dispositivo de uma dada situação comunicacional, numa complexa rede de lugares de enunciação e de sistema de pensamento, objetivando o estabelecimento comunicacional entre os propositores do pensamento educacional e a realidade social. Nessa vertente de pensamento foi possível perceber, nos discursos, as intenções de intervenção, a partir de representações que foram construídas de sociedade, de pessoa, de trabalhador, de sujeito. Enfim, uma proposição de reforma de ensino profissional, caracterizada como vetor de intervenção, com vistas a moldar tanto o trabalho como o trabalhador, sobretudo o trabalhador pobre, aquele que estaria na lida do trabalho mecânico e braçal.